

O ambiente na Europa — Situação e perspectivas 2005

Sumário executivo

Melhorias na Europa, escolhas locais, impactes globais

Os europeus dão importância ao ambiente em que vivem — as sondagens do Eurobarómetro indicam que uma grande maioria (mais de 70 %) dos cidadãos quer que os decisores atribuam tanta importância às políticas ambientais como às políticas económicas e sociais. Enquanto cidadãos, os europeus estão dispostos a intervir de algum modo ao nível ambiental, apesar de poderem fazer mais caso disponham de uma melhor informação sobre escolhas ambientais de baixo custo. Também fariam mais se se sentissem confiantes de que os seus concidadãos fariam o mesmo.

Nos últimos 30 anos, muito tem sido feito para melhorar o ambiente na Europa. O chumbo foi eliminado da maioria dos combustíveis. Os clorofluorcarbonetos (CFC) que empobrecem a camada do ozono foram progressivamente eliminados. As emissões de óxidos de azoto dos transportes rodoviários sofreram uma redução de cerca de 90 % relativamente ao valor que atingiriam se não tivessem sido introduzidos conversores catalíticos. As emissões de dióxido de enxofre observaram também um decréscimo significativo mediante o uso de técnicas de dessulfurização dos combustíveis.

O crescente grau de tratamento das águas residuais urbanas está a permitir aos rios, lagos e estuários da Europa recuperarem da poluição. A designação de áreas protegidas na União Europeia abrange agora 18 % de todo o território, ajudando à manutenção dos ecossistemas e à preservação da diversidade biológica. A área florestada está a registar um ligeiro aumento, estando as florestas em algumas regiões a registar um grau de regeneração mais rápido que no passado. Estes e muitos outros avanços traduzem-se em benefícios para a saúde dos europeus e para a sua qualidade de vida.

Mas grandes desafios se colocam para o futuro, sendo o mais premente deles as alterações climáticas, cujos impactes são já considerados evidentes pela ocorrência mais frequente de episódios meteorológicos extremos, secas em determinadas regiões e degelo das calotes polares. Outras prioridades ambientais são a poluição atmosférica e a regulamentação dos produtos químicos

de modo a reduzir os impactes na saúde e no ambiente; a preservação do solo como recurso produtivo e do território como reservatório da biodiversidade; a melhoria da qualidade e da quantidade da água doce; e a preservação da saúde dos oceanos. Estes, em particular, são ecossistemas-chave que sustentam muitos dos bens e serviços ecológicos de que dependemos.

As respostas a alguns destes desafios podem estar numa maior utilização dos recursos energéticos renováveis, como a energia eólica e solar substituindo alguns dos recursos não renováveis finitos, cuja exploração está a ser objecto de concorrência, quer por parte das economias desenvolvidas, quer por parte das economias emergentes.

Muitos dos problemas ambientais que enfrentamos na actualidade têm a sua origem na forma como a Europa usa o seu território, assim como na sua estrutura económica e estilos de vida. Em especial, a ênfase dada ao ambiente passou das questões de produção para as questões de consumo. Uma maior sensibilização relativamente aos efeitos ambientais e na saúde produziria um impacte positivo nas nossas escolhas diárias relativamente àquilo que devemos comprar, onde devemos viver e trabalhar e para onde viajar.

As despesas dos agregados familiares aumentaram um terço na UE-15 entre 1990 e 2002. Prevê-se que dupliquem na UE-25, até 2030, e que se registem diferenças significativas entre grupos de rendimento e regiões. Numa economia cada vez mais globalizada, as escolhas dos consumidores europeus têm um impacte crescente não só no ambiente da Europa, como também noutros pontos do globo. Mais e melhor investigação é necessária para um melhor entendimento dos impactes potenciais e para ajudar a inverter algumas das tendências negativas actuais e futuras.

Com cerca de cinco 'hectares globais' por pessoa, a 'pegada ecológica' da UE-25 — a área que se calcula ser necessária para produzir os recursos que consumimos e absorver os resíduos que geramos — é aproximadamente metade da dos Estados Unidos, mas continua a ser maior que a do Japão. É também mais do dobro da média de países como o Brasil, a China ou a Índia. A utilização total global de recursos naturais está já a ser anualmente cerca de 20 %



superior à taxa de substituição. Tem-se chamado a esta situação 'viver do capital, em vez de viver dos juros'.

Urbanização crescente, abandono do território

Quase três quartos da população da Europa vivem em áreas urbanas e suburbanas que representam cerca de 10 por cento da área da UE. A intensidade e os conflitos relativamente aos múltiplos usos do solo podem vir a ter repercussões na gestão de parcelas valiosas do território da Europa, longe do local onde se verifica inicialmente esse uso do solo.

Uma análise recente mostra que mais de 800 000 hectares de solos produtivos foram convertidos em superfícies artificiais destinadas a habitação, escritórios, indústrias e estradas, acrescentando 6 % às áreas urbanas do continente entre 1990 e 2000. Trata-se de um valor que equivale a três vezes a área do Luxemburgo e representa uma redução significativa do capital natural. O baixo custo dos bons terrenos agrícolas quando comparado com o dos terrenos urbanizados constitui um dos factores-chave que influencia esta expansão urbana.

Também o turismo continua a registar um crescimento rápido, movido em parte pelos reduzidos preços das viagens aéreas e pela população cada vez mais abastada e idosa da Europa. O turismo também contribui para o aumento das zonas construídas, sobretudo na proximidade dos aglomerados costeiros, como se pode verificar pelo desenvolvimento ao longo da costa mediterrânica. Um desenvolvimento turístico mal planeado pode aumentar também a pressão em zonas que já sofrem de stress hídrico.

À medida que as áreas urbanas aumentam, também se intensifica a utilização que as mesmas fazem do solo e da água das zonas circundantes. Este crescimento tem um impacto nos 'serviços chave' que se pressupõe devam ser fornecidos gratuitamente pela natureza, como a filtração natural das águas subterrâneas que alimentam os aquíferos de água doce, a preservação das zonas húmidas e da diversidade genética encontrada em áreas de agricultura extensiva em propriedade de pequena dimensão. A eliminação do coberto florestal pode alterar radicalmente o

escoamento das águas pluviais, provocando deslizamentos de terras e outros problemas, aumentando ao mesmo tempo o número de áreas em risco de inundação.

As alterações climáticas: uma realidade

As alterações climáticas são hoje uma realidade. As temperaturas médias europeias aumentaram nos últimos 100 anos 0.95 graus Celsius, esperando-se que aumentem entre 2 e 6 graus Celsius no próximo século. Em alguns locais, a agricultura irá provavelmente beneficiar de estações de crescimento mais prolongadas, mas noutras, faltas de água graves e acontecimentos meteorológicos mais severos (e menos previsíveis) vão tornar a agricultura uma actividade sujeita a mais riscos.

O aumento da temperatura da água do mar está a criar uma maior probabilidade de blooms algais — fitoplâncton tóxico nocivo, quer para a vida marinha, quer para o ser humano. O zooplâncton — que se encontra no nível inferior da cadeia alimentar — e o peixe que depende dele como principal fonte alimentar, tendem a seguir as tendências das temperaturas. Na verdade, algumas espécies já migraram milhares de quilómetros para norte. Espécies de fauna e flora terrestres estão também em movimento. Infelizmente para algumas espécies, a migração não constitui uma opção. As espécies alpina de grandes altitudes estão a esgotar as opções em termos de deslocações futuras.

Em resposta a esta situação, os ministros da UE acordaram no estabelecimento de uma meta tendo em vista a limitação a longo prazo do aumento global da temperatura média num máximo de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais. Referiram igualmente que poderá vir a ser necessária a estabilização das concentrações de CO₂ bastante abaixo dos 550 ppm para alcançar este objectivo, exigindo cortes nas emissões dos gases com efeitos de estufa nos países desenvolvidos da ordem dos 60–80 % até 2050 (relativamente aos valores de 1990). A curto prazo, a UE está, globalmente, a cumprir as metas definidas no Protocolo de Quioto como resultado do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (de Gases com Efeito de Estufa, GEE) e outras medidas, incluindo o Programa Europeu para as Alterações Climáticas. Contudo, o seu

objectivo a médio prazo (2020) — uma redução de 15 a 30 % nas emissões de GEE relativamente aos níveis de 1990 — afigura-se de mais difícil execução.

Cenários preparados pela AEA concluem que a solução para uma economia de baixo teor de emissões de carbono assenta sobretudo em três medidas: redução do consumo de energia, aumento da quota das energias renováveis e melhoria da eficiência na produção e utilização de energia, nomeadamente através de novas medidas de conservação da energia. A utilização de fontes renováveis para a produção de energia está a aumentar gradualmente, enquanto que a possibilidade de um aumento da energia nuclear continua a ser uma questão em aberto — e altamente controversa — na maioria dos países.

Progressos lentos na gestão da procura de energia

Desde 2000, as melhorias registadas na eficiência da produção energética e a redução da procura de energia por parte das indústrias contrapõe-se a um aumento da procura por parte dos consumidores e do sector dos serviços. O número crescente de agregados familiares utiliza cada vez mais equipamentos eléctricos. Estudos indicam que o consumo de electricidade pelos electrodomésticos em modo stand-by representa 3–13 % do consumo total de electricidade doméstica.

Em 2030, prevê-se que a procura de energia na Europa aumente cerca de 20 %, uma taxa muito inferior à taxa de crescimento prevista para o PIB, contudo de sentido inverso àquele que seria desejável em termos de combate às alterações climáticas. Tecnologias existentes, eficazes no aumento da eficiência energética, continuam a ser sub-aproveitadas. O uso de centrais de cogeração poderia melhorar a eficiência do abastecimento de energia. A captura e o armazenamento de dióxido de carbono poderiam servir como tecnologias de transição. Medidas visando a eficiência energética de edifícios, veículos e bens de consumo, estimuladas pela aplicação de instrumentos de mercado e legislação adequada ajudariam a reduzir a procura.

A médio prazo, o investimento sustentado em energias renováveis, na eficiência energética e no hidrogénio

poderão contribuir para reduzir a dependência europeia relativamente aos combustíveis fósseis. O hidrogénio em especial afigura-se importante para o sector dos transportes, sector com o mais rápido crescimento em termos de procura na Europa, determinando, assim, um aumento da procura de energia e um aumento das emissões de CO₂. Preocupante ainda é o facto de se prever que esta tendência se mantenha nas próximas décadas. Estima-se, nomeadamente, que os transportes aéreos dupliquem entre 2000 e 2030.

A UE tem manifestado uma liderança empenhada ao definir objectivos e metas ambiciosos em matéria de redução dos gases com efeito de estufa. Também reconheceu que a inacção constitui um risco. A mudança para fontes energéticas de baixo teor de carbono, conforme sugerida nos cenários apresentados pela AEA, implicará um aumento da factura energética para os consumidores. Mas não proceder a esta mudança também tem o seu custo, conforme começam a revelar alguns estudos que têm analisado esta questão. Um deles sugere que os 'custos sociais do carbono' — os custos que cada tonelada de carbono emitida para a atmosfera tem para a sociedade, em termos globais — se cifram em cerca de 60 EUR por tonelada. Outros estudos sugerem custos muito mais elevados. Diferentes estimativas dependem da forma como são atribuídos valores monetários aos impactes que o dióxido de carbono tem a longo prazo no clima, na agricultura, na qualidade do ar, na ocorrência de pestes, na disponibilidade de água e na ocorrência de doenças.

Estes custos devem ser postos em perspectiva ao considerar-se que as emissões dos gases com efeito de estufa na UE-25 oscilam entre 5 e 25 toneladas de carbono por pessoa consoante o país considerado (o que equivale a custos sociais entre 300 EUR/pessoa e 1 500 EUR/pessoa). Se compararmos estes valores com os custos adicionais estimados em 45 EUR/pessoa, em 2030, para a concretização de uma economia de baixo teor de carbono, este último valor é consideravelmente mais baixo.

Somos mais saudáveis, mas continua a exposição aos poluentes

A Europa registou avanços importantes na redução de inúmeras formas de poluição atmosférica. Nomeadamente,

eliminou o smog em muitas zonas e reduziu a chuva ácida. Contudo, concentrações elevadas de partículas e de ozono troposférico estão a provocar problemas de saúde em muitas cidades e zonas circundantes. O ozono troposférico é igualmente prejudicial para a saúde dos ecossistemas e para as culturas em grandes áreas da Europa rural.

Apesar das reduções conseguidas ao nível das emissões, as concentrações destes poluentes continuam a ser elevadas, muitas vezes acima dos objectivos definidos. A exposição a estes poluentes conduz a uma redução da esperança de vida, provoca a morte prematura e um agravamento generalizado da saúde. O crescimento dos transportes, 30 % no transporte de carga e 20 % no transporte de passageiros, em volume, nos últimos 10 anos, demonstra que as melhorias que foram introduzidas ao nível tecnológico não tiveram como resultado uma redução global e significativa das emissões.

A Europa perde 200 milhões de dias de trabalho por ano devido a doenças relacionadas com a poluição do ar. A OCDE calcula ainda que, na Europa, 6,4 % das mortes e doenças detectadas nas crianças de menor idade são provocadas pela poluição exterior. Este valor é desproporcionalmente mais elevado nos novos Estados-Membros da UE. A análise que serviu de base à Estratégia Temática para a poluição do ar, publicada em Setembro de 2005, demonstrou que continuarão a existir impactes substanciais na saúde das populações e dos ecossistemas, mesmo que a legislação existente seja implementada na íntegra.

As melhorias verificadas ao nível das tecnologias dos transportes, desde os híbridos aos veículos alimentados a hidrogénio têm, todos eles, um papel a desempenhar na redução da exposição. O mesmo se poderá dizer em relação ao planeamento urbano, que poderá oferecer alternativas concretas ao transporte individual em muitas cidades.

Os cidadãos europeus estão igualmente expostos a uma combinação crescente de poluentes químicos gerados a partir dos alimentos e dos bens de consumo modernos, incluindo o mobiliário, o vestuário e produtos de uso doméstico. Ligações entre produtos químicos e tendências crescentes de cancro nos órgãos reprodutores (testículos, próstata e cancro da mama) e da leucemia infantil têm vindo a ser sublinhadas. Ainda não existem provas concretas, mas a presença generalizada de vestígios de

produtos químicos em amostras de sangue humano e no ambiente constitui uma causa óbvia de preocupação. Medidas podem ser tomadas. Uma menor utilização de produtos químicos perigosos na agricultura e nos produtos de consumo ajudaria a reduzir os impactes, em larga medida desconhecidos, dessas misturas químicas.



Vale a pena prevenir a poluição

Têm sido envidados esforços consideráveis para despoluir as águas residuais da Europa e para reduzir a carga poluente proveniente das indústrias. Contudo, ainda há bastante a fazer até à implementação integral da directiva sobre tratamento das águas residuais urbanas. Até à data, têm sido conseguidos progressos através de investimento de capital em tecnologias avançadas de tratamento.

As tendências para o futuro apontam para novas reduções na poluição causada pelas águas residuais, nomeadamente nos novos 10 países da UE, mediante apoio dos fundos estruturais e de coesão da UE a partir de 2007. A experiência obtida a partir das políticas de tratamento das águas residuais nos últimos 20 anos mostra que o investimento na capacidade de tratamento, conjuntamente com incentivos económicos realistas visando reduzir a poluição na origem, constituem a forma mais rentável de reduzir este tipo de poluição.

Através de políticas como a Directiva 'Nitratos', a União Europeia tem tentado reduzir a poluição provocada pela agricultura. Entretanto, investimentos por parte do sector da água, continuam a assegurar a qualidade da água potável. A lixiviação dos solos e a contaminação dos rios e das águas subterrâneas da Europa continua a ocorrer devido à utilização de adubos orgânicos e minerais e de pesticidas. Apesar de se esperar uma redução da utilização de tais produtos químicos nos UE15, prevê-se que a utilização de adubos minerais aumente 35 % até 2020 nos UE-10, seguindo uma expectável intensificação da agricultura.

Continuará a haver problemas com a qualidade das águas subterrâneas em muitas áreas da Europa, uma vez que os poluentes que penetram no sub-solo podem demorar décadas a chegar aos rios, lagos e pontos de abastecimento de água. A prevenção, através de uma mudança das práticas agrícolas, é mais económica e eficaz do que a despoluição, especialmente a longo prazo.

Esgotamento dos nossos recursos naturais

O estado dos *stocks* pesqueiros em termos mundiais ilustra os perigos da sobre-utilização dos recursos naturais e dos danos causados às funções dos ecossistemas. O peixe é a última grande fonte alimentar de origem selvagem. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) calcula que 75 % dos *stocks* pesqueiros a nível mundial estão a ser sobre-explorados e que o número de predadores de nível superior, como o atum e o tubarão, está a diminuir.

Com muitos dos *stocks* pesqueiros europeus esgotados, a frota pesqueira da EU mudou-se para zonais mais distantes, apoiada por acordos bilaterais e subsídios. Estas frotas ao 'pescarem em níveis cada vez mais baixos da cadeia alimentar' eliminam toneladas significativas das espécies dos níveis superiores. Esta situação tem constituído um risco para muitas espécies importantes em termos comerciais e colocou a estrutura dos ecossistemas sob ameaça.

A designação de 18 % da superfície terrestre da Europa como áreas protegidas ao abrigo da rede Natura 2000 tem contribuído para assegurar a saúde e a diversidade dos ecossistemas. Apesar disso, as paisagens da Europa, que constituem um legado cultural crucial deste continente e são essenciais por acolherem a biodiversidade, estão a sofrer mudanças generalizadas e potencialmente irreversíveis. Estas mudanças causam impactes quer nas espécies, quer no funcionamento dos ecossistemas.

As maiores perdas de habitats e ecossistemas importantes para a biodiversidade registadas no continente durante a década de 90 ocorreram em zonas de charneca, de vegetação arbustiva e tundra, assim como em zonas pantanosas, pauis e sapais. Muitas das zonas pantanosas que restavam desapareceram devido ao desenvolvimento do litoral, construção de reservatórios de montanha e obras de engenharia fluvial. De igual modo, apesar de a área florestada na Europa ter aumentado no passado recente, muitas florestas são exploradas de uma forma mais intensiva do que no passado.

Estas perdas estão a ter um impacte ao nível das espécies. Apesar das políticas de protecção que fazem parte da



estratégia europeia de conservação dos habitats selvagens, são muitas as espécies nativas que continuam ameaçadas, incluindo 42 % dos mamíferos, 15 % das aves, 45 % das borboletas, 30 % dos anfíbios, 45 % dos répteis e 52 % dos peixes de água doce.

Os solos da Europa têm uma variedade singular, contando com mais de 300 grandes tipos de solos que podem ser encontrados em todo o continente. O solo perdido pode eventualmente ser substituído através de processos naturais, mas são necessários 50 anos para produzir apenas alguns centímetros de solo novo. Sujeito a muitas ameaças — erosão, impermeabilização, contaminação, salinização — o solo deve ser considerado como um recurso não renovável. Até agora, estas ameaças têm-se revelado de difícil resolução, prevendo-se que continuem a constituir um desafio tendo em conta os desenvolvimentos esperados na Europa em termos de urbanização, de intensificação da agricultura e industrialização/desindustrialização.

Por todo o continente, a procura de água continua a aumentar, sobretudo no sector doméstico. Nos novos Estados-Membros, prevê-se que a utilização de água para fins domésticos aumente 70 % na próxima década. Mais água está igualmente a ser utilizada na irrigação de culturas para fins alimentares, particularmente na Europa meridional, onde começam a verificar-se sinais de stress hídrico. Prevê-se que alterações climáticas alarguem e intensifiquem este problema. A disponibilidade a longo prazo de água em quantidade e qualidade, vai tornar-se cada vez mais importante no planeamento do uso do solo, especialmente na zona do Mediterrâneo.

Na última década, a Europa conseguiu uma dissociação entre crescimento económico e utilização de matérias-primas e energia. Mas a utilização de recursos em termos absolutos manteve-se inalterada. Registam-se diferenças significativas entre os países da UE, variando a intensidade da utilização de materiais entre cerca de 11 kg/euro de PIB e menos de 1 kg/euro. Estas diferenças podem explicar-se em parte pela importância relativa da indústria e dos serviços no conjunto das actividades económicas. Apesar disto, a produtividade dos recursos e da energia na Europa Ocidental é, em média, quatro vezes superior à dos novos Estados-Membros da UE. Esta constatação cria oportunidades substanciais visando um maior equilíbrio

na produtividade dos recursos entre os UE-15 e os UE-10, mediante a transferência de tecnologia e outras medidas.

Integração, inovação e reforma do mercado

As políticas ambientais da UE, bem sucedidas nos últimos 30 anos, concentraram-se em larga medida em fontes pontuais, facilmente visíveis. Estes problemas têm sido resolvidos sobretudo através de legislação e de inovação tecnológica. O desafio que agora se coloca está em desenvolver e implementar políticas de longo prazo nos sectores económicos que mais contribuem para a poluição através de fontes difusas.

É provável que qualquer progresso significativo exija várias décadas de elaboração de políticas coerentes, a longo prazo, que sejam contudo flexíveis e que contem com uma vasta base de apoio dos cidadãos. Isto significa que o fornecimento de informação ao público e medidas de sensibilização vão ser cada vez mais essenciais para uma elaboração eficaz de políticas.

Para serem eficazes, as políticas deverão também incentivar mudanças de comportamento entre os consumidores europeus e colocar a tónica, principalmente nos sectores dos transportes, da energia e da agricultura, em actividades que sejam menos prejudiciais para o ambiente. Reformas institucionais a longo prazo, assim como um planeamento financeiro que incentive uma maior eco-eficiência, poderão ajudar a promover essas actividades. Estas poderão igualmente ser complementadas através da utilização de instrumentos de mercado. Por exemplo, desviar subsídios de actividades que sejam prejudiciais ao ambiente, privilegiando em vez disso o desenvolvimento e a utilização de eco-inovações nos sectores da indústria, da energia, dos transportes e da agricultura, poderá ser uma medida extremamente útil na transição para actividades económicas mais sustentáveis.

Muitas políticas da UE já incluem objectivos ambientais, seguidos pela afectação de orçamentos substanciais visando incentivar acções e comportamentos que se

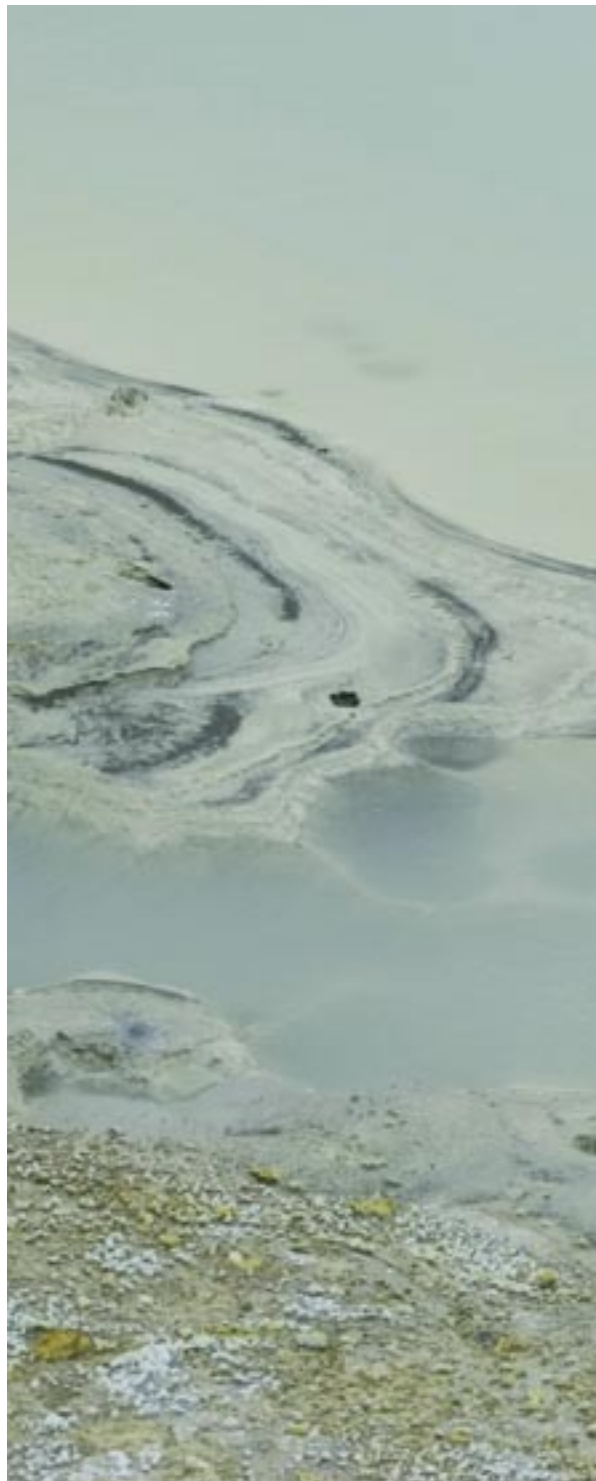
coadunem com os objectivos ambientais, por exemplo, ao abrigo da Política Agrícola Comum. Contudo, dada a natureza das alterações decorrentes do uso do solo, a Europa poderia beneficiar de um aumento da cooperação entre os sectores com vista ao estabelecimento de uma coesão territorial equilibrada, por exemplo, entre o planeamento urbano, regional e dos transportes e a utilização dos fundos estruturais e de coesão da UE.

O sector dos transportes constitui um banco de ensaios adequado para sublinhar os benefícios de abordagens mais integradas. Para este sector, vemos que existe uma multiplicidade de forças motoras e pressões que produzem impactes no ambiente. Por um lado, o sector conseguiu reduções substanciais nas emissões dos poluentes atmosféricos, como os percursores do ozono e as substâncias acidificantes. Por outro lado, contudo, as emissões dos gases com efeito de estufa continuam a aumentar à medida que a procura no domínio dos transportes (carga e passageiros) anula as melhorias conseguidas ao nível das emissões, provenientes do uso da energia, mediante o uso de tecnologias mais eficazes e legislação mais severa.

Tal como o desenvolvimento urbano, as infra-estruturas de transportes têm um triplo impacte no solo. Contribuem para o consumo de bons terrenos agrícolas, para a impermeabilização dos solos a um ritmo crescente e ainda para a fragmentação de habitats em toda a União Europeia. Além disso, expõem uma parte importante da população a elevados níveis de ruído.

O nosso apetite crescente pela mobilidade rodoviária e aérea elevou as questões relacionadas com os transportes ao topo da agenda ambiental e de desenvolvimento sustentável desde as autoridades locais à governação mundial. Este facto reflecte a vasta gama de desafios que rodeiam os transportes, desde as preocupações locais (planeamento e design urbanos) às preocupações globais (gases com efeito de estufa e alterações climáticas).

Acções mais integradas têm proporcionado resultados substanciais a longo prazo. Os impostos sobre os combustíveis ilustram a eficácia das alterações nos incentivos económicos através de instrumentos de mercado, a longo prazo. As tecnologias americanas e europeias no



campo automóvel são basicamente idênticas. Apesar disso, os impostos sobre os combustíveis na Europa, que se cifram em cerca de 50 %, têm estimulado mudanças no comportamento dos consumidores. Juntamente com a pressão política no sentido da utilização das tecnologias, nas últimas décadas estes factores tornaram os novos carros europeus quase duas vezes mais eficientes em termos do uso de combustível do que os seus congéneres americanos, que gozam de impostos sobre combustíveis muito inferiores aos europeus. Estudos realizados mostram que poderiam ser conseguidas poupanças consideráveis na intensidade energética através de abordagens semelhantes relativamente aos preços da energia.

O que podemos fazer

Reformas fiscais podem contribuir para um ambiente mais sustentável e saudável. Uma mudança gradual da incidência dos impostos sobre os 'recursos bons', como os investimentos e a mão-de-obra, para uma incidência nos 'recursos maus', como a poluição e a utilização ineficiente, poderão ajudar também a internalizar os custos ambientais nos preços dos serviços e dos produtos. Tal permitirá criar, por sua vez, sinais mais realistas ao nível da formação dos preços pelo mercado.

Os responsáveis pela elaboração das políticas poderão igualmente conceber medidas de acompanhamento destinadas a assegurar a equidade fiscal dos impostos ambientais. Os membros mais desfavorecidos da sociedade geralmente gastam uma maior proporção dos seus rendimentos em necessidades básicas como alimentação, água e energia. Estudos constataram que os impostos sobre a electricidade afectam particularmente as camadas mais desfavorecidas da população, enquanto que os impostos sobre os transportes são relativamente benignos uma vez que estas têm menos acesso aos meios privados de transporte. Os impostos sobre a poluição são geralmente neutros no seu impacto sobre os vários grupos sociais.

Políticas que retirem mais receitas do consumo e menos da mão-de-obra podem também proporcionar uma base de incidência fiscal mais alargada e crescente como resposta

quer ao decréscimo registado na força laboral, quer ao envelhecimento da sociedade.

As sete Estratégias Temáticas que estão a ser desenvolvidas no âmbito do 6º Programa de Acção em Matéria de Ambiente, juntamente com as políticas de integração sectorial, assim como a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia são, todas elas, elementos incentivadores do planeamento a longo prazo.

Políticas coerentes de longo prazo podem encorajar a reestruturação de incentivos baseados em instrumentos financeiros, formação de preços e impostos que serão necessários para reduzir os custos crescentes e cada vez mais evidentes da utilização dos recursos naturais do planeta. Os ganhos resultantes em termos de eco-eficiência poderão igualmente ajudar a melhorar a competitividade da economia europeia. Uma maior produtividade do uso da energia e dos recursos na Europa poderá igualmente ajudar a contrabalançar as vantagens de que gozam as economias emergentes da Ásia e América do Sul.

Apesar de tudo, existem obstáculos substanciais a uma concretização eficaz e eficiente das políticas a todos os níveis de governação da UE. Estudos realizados pela AEA indicam que as condições institucionais podem ser tão importantes como a concepção das políticas propriamente ditas.

O apoio do público aos benefícios ambientais conseguidos nas últimas décadas pode ser constatado nas conclusões de um inquérito do Eurobarómetro conduzido em 2005, que também sugere que os cidadãos europeus estão dispostos a fazer mais. Este inquérito demonstra que, com efeito, quer os governos, quer os cidadãos têm de fazer mais para que o desenvolvimento económico seja compatível com as capacidades de sustentação da Terra.

A Europa está bem posicionada para liderar o caminho de criação de uma sociedade europeia mais inteligente, mais criativa, mais limpa, mais competitiva e mais segura. Tais avanços poderão servir de incentivo à introdução de melhorias na eco-eficiência global e à equidade, factores que são, em última instância, garante da qualidade de vida na Europa.